

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Bacharelado em Museologia



Trabalho de Conclusão do Curso

A (in)visibilidade da população negra nos museus da cidade de Pelotas: uma
análise do passado e presente, para projetar o futuro

Adrieli Corrêa Terra

Pelotas, 2019

ADRIELI CORRÊA TERRA

**A (in)visibilidade da população negra nos museus da cidade de Pelotas:
uma análise do passado e presente, para projetar o futuro**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao Curso
de Bacharelado em
Museologia da Universidade
Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em
Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

T323i Terra, Adrieli Corrêa

A (in)visibilidade da população negra nos museus da cidade de Pelotas : uma análise do passado e presente, para projetar o futuro / Adrieli Corrêa Terra ; Daniel Maurício Viana de Souza, orientador. — Pelotas, 2019.

64 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Visibilidade. 2. População negra. 3. Escravidão. 4. Memória. 5. Identidade. I. Souza, Daniel Maurício Viana de, orient. II. Título.

CDD : 069

Dedico este trabalho a minha mãe,
meu padrasto e aos meus avós, pela
força diária mesmo a distância.
Também aos meus ancestrais que
resistiram a todo o mal e tornaram
possível a minha existência.

Agradecimentos

À minha mãe Tereza Adriana, que foi e é a principal incentivadora para que eu não desistisse no meio do caminho, que junto ao meu padrasto, Moroci, não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

Aos meus avós Aldaci e Altamir, pelos ensinamentos.

À minha tia-avó Adelvaci, por me acolher em sua casa para que eu realizasse a graduação.

À minha tia-avó Vilma, pela companhia mesmo que em silêncio durante os quatro anos da graduação.

À minha prima Maria Aurélia, pelas longas conversas e troca de saberes.

Ao meu orientador Daniel, por toda a dedicação comigo e com esta pesquisa.

Aos meus amigos e colegas Cristina e Danilo, pela cumplicidade, companheirismo e todo o suporte durante os anos de graduação.

À equipe do Museu Parque da Baronesa, pela recepção e pela contribuição com esta pesquisa.

*Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me
levantar.*

*Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.*

*Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.*

*Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.*

*Deixando para trás noites de terror e
atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa
claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus
antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do
homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.*

(Maya Angelou)

Resumo

TERRA, Adrieli Corrêa. **A (in)visibilidade da população negra nos museus da cidade de Pelotas:** uma análise do passado e presente, para projetar o futuro. Orientador: Daniel Maurício Viana de Souza. 2019. 64 f. Monografia, Bacharelado em Museologia - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O estado do Rio Grande do Sul, bem como a cidade de Pelotas têm suas histórias enraizadas no período escravista e por este motivo têm o dever de reparar suas historiografias ditas oficiais e abrirem espaço de representatividade das memórias e identidades da população negra, principalmente nas instituições museais e nos locais de promoção ao conhecimento e à cultura. Esta pesquisa tem como objetivo central analisar os tipos de visibilidade que vem sendo dada ao povo negro nas exposições museológicas do Museu do Doce e no Museu Municipal Parque da Baronesa na cidade de Pelotas, por meio da técnica de observação em campo, juntamente da análise qualitativa de dados. A partir de um diálogo crítico entre o universo empírico e a perspectiva teórica de diversos autores que contribuem para o olhar museológico, resultou a elaboração de alguns apontamentos que possibilitaram responder os questionamentos regentes desta pesquisa, como o entendimento de que em uma instituição, a maneira como a população negra era tratada foi modificada por diversos fatores positivos, acabando com a perspectiva preconceituosa; já no outro museu, há reflexos de uma idealização, mitológica, da consolidação de uma democracia racial.

Palavras-Chave: Visibilidade. População negra. Escravidão. Memória. Identidade. Exposições Museológicas.

Abstract

TERRA, Adrieli Corrêa. **The (in) visibility of the black population in the museums of Pelotas:** an analysis of the past and present, to project the future. Advisor: Daniel Maurício Viana de Souza. 2019. 64 f. Monograph, Bachelor of Museology - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

The state of Rio Grande do Sul, as well as the city of Pelotas have their stories rooted in the slave period and for this reason have the duty to repair their so-called official historiographies and make room for representativeness of memories and identities of the black population, especially in institutions. museums and places to promote knowledge and culture. This research aims to analyze the types of visibility that is being given to the black people in the museum exhibitions of the Museu do Doce and the Parque da Baronesa Municipal Museum in the city of Pelotas, through the field observation technique, together with the qualitative analysis of data. From a critical dialogue between the empirical universe and the theoretical perspective of several authors who contribute to the museological view, it resulted in the elaboration of some notes that made it possible to answer the conducting questions of this research, such as the understanding that in an institution, the way how the black population was treated was modified by several positive factors, ending the prejudiced perspective; in the other museum, there are reflections of a mythological idealization of the consolidation of a racial democracy.

Keywords: Visibility. Black population. Slavery. Memory. Identity. Museological Exhibitions.

Sumário

Introdução	9
Escravidão no Rio Grande do Sul	14
2.1. Herança escravagista e racismo estrutural	14
2.2. O mito da democracia racial	19
2.3. Impactos históricos e socioculturais da escravatura em Pelotas	21
Museus e visibilidade	25
3.1. O museu como lugar de fala, ou da história única?	25
3.2. Construção da identidade da população negra conforme 'tipos ideais'	29
Museus pelotenses, identidade e visibilidade da população negra	32
4.1. Museu da Baronesa	32
4.1.1. Exposição de Longa Duração	34
4.2. Museu do Doce	45
4.2.2. Exposição Entre o Sal e o Açúcar: o Doce Através dos Sentidos	48
Considerações Finais	57
Referências	60
Apêndices	62

1. Introdução

O tema deste trabalho de conclusão do curso considera passado e presente de exposições museológicas pelotenses, ao analisar a (in)visibilidade da população negra, refletindo e projetando o futuro das instituições museológicas nas quais elas são operadas. Pelotas é uma cidade com um passado fortemente ligado ao escravismo de negros africanos e este episódio trágico, no seu pior sentido, deu frutos a consequências que não tiveram fim com a abolição da escravatura em 1888.

Por estes motivos, que ao ingressar na graduação e compreender as dinâmicas do mundo museológico, percebi que não sabia de fato qual era a história dos meus ancestrais e quem eram eles. Em consequência disto, não sabia também da minha história enquanto descendente destes povos. Como estudante de Museologia, pude perceber que os museus têm o poder de mudar esta perspectiva e serem espaços de acolhimento de mais de uma história, reparando, assim, problemáticas latentes em nossa sociedade, como a invisibilidade da população negra, por exemplo. Esta pesquisa segue neste sentido, investigando desde a entrada de africanos (as) e seus descendentes no estado do Rio Grande do Sul, como posteriormente na cidade de Pelotas. Foi possível, assim, entender que haviam diversas questões circundando a vida do povo negro nesta cidade e principalmente nas instituições museais.

Foi em busca de problematizar tais questões que realizei a constituição do quadro teórico-conceitual, privilegiando autores que em algum momento de suas vidas também compreenderam que havia algo de errado em relação a representação da população negra, não em exposições museológicas especificamente, mas em todos os espaços de comunicação e promoção de conhecimento. Um dos argumentos trabalhados pela autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009), ao falar do perigo de uma única história, é que por conta do racismo estrutural e institucionalizado, fomentado por uma sociedade preconceituosa e reprodutora de um comportamento colonizador, as populações à margem desta sociedade são subjugadas a partir de estereótipos pejorativos. Estas

discriminações são remanescentes do sistema escravista no Brasil que, especificamente no Rio Grande do Sul, deu início a uma falácia sobre a escravidão ter sido “leve”, o que acabou gerando um mito. O historiador Euzébio Assumpção lembra que

Criou-se no Rio Grande do Sul um artifício de desvalorização da mão-de-obra escrava, através de vários mitos e inverdades históricas. Nesse processo, verifica-se também “folcloricamente” a apologia do escravo bem tratado, ou seja, de uma escravidão mais benigna e humana do que a existente no restante do Império.(2007, p. 26)

Este equívoco, quando reproduzido no contexto museológico, reafirma um falso histórico dos povos negros, baseado no mito da democracia racial. Desta forma, é preciso ressaltar que essa idealização não foi ainda superada por completo nas narrativas dos museus pelotenses. Portanto, a maneira como a população negra é exposta nestas instituições pode reforçar essa ideia de que o povo negro não foi vítima de um sistema assassino como a escravidão, além de não ter sido apartada do resto da sociedade. É fundamental, neste sentido, buscar responder algumas questões que, são sim, demandas pessoais, mas que creio poder resultar também em uma contribuição para o campo museológico. Desta forma, o problema central que guia este trabalho é: como se dá a visibilidade da população negra em exposições museológicas na cidade de Pelotas?

A partir da questão principal, são propostas as seguintes questões complementares: há efetivamente uma visibilidade negra nestas exposições? Esta visibilidade estaria ainda centrada em símbolos coloniais e racistas? Estas histórias, se contadas a partir de uma única ótica, não estariam contribuindo para a perpetuação de uma imagem estereotipada da população negra? Seria o mito da democracia racial eixo gerador de um comportamento alienado acerca da maneira que a população negra é retratada nas exposições? É possível que tenha sido constituído um tipo ideal acerca da imagem exposta da população negra? Que tipos são esses e quais os motivos que levaram a esta situação?

Levando-se em consideração esses aspectos, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o tipo de visibilidade dada a população negra em exposições

museológicas na cidade de Pelotas. Como complemento, trago os seguintes objetivos específicos: identificar as formas de representação da população negra, abordando a perspectiva de “uma única história”, refletindo sobre as relações de poder e identidade; refletir acerca da história da população negra na cidade de Pelotas, comparando com as representações nas instituições museológicas da cidade; analisar as narrativas abordadas por estes museus, partindo do conceito de “lugar de fala”, buscando compreender de que lugar os responsáveis pelas respectivas exposições, partem.

Tratar este tema se tornou, sobretudo, uma ação de resistência identitária e política, pois na atual situação em que vivemos é necessário uma união em todos os campos de pesquisa referentes às ciências humanas e na Museologia, especificamente, estudos referentes às formas de representação da população negra carecem de uma atenção específica, justamente por que ainda ocorrem equívocos em termos teóricos e de precisão historiográfica. Os museus como espaços de comunicação e construção de conhecimento deveriam incluir em suas práticas meios de problematizar questões relativas à visibilidade ou invisibilidade da população negra e, é neste sentido, que o tema de pesquisa surge, com o desejo de impulsionar o pensamento crítico em tais espaços.

De acordo com a filósofa Djamila Ribeiro, não devemos

pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle. (2017, p. 56)

Desta forma, é fundamental trazer à tona tais problemáticas, fomentando reflexões e possibilidades de se pensar em processos de reparação, através dos quais os museus se tornem efetivamente espaços de inquietação, diálogos e questionamentos. Posto isto, se justifica realizar uma pesquisa neste horizonte, sobretudo em Pelotas, que possui uma história diretamente ligada à vida e memória da população negra, e os museus que expõem sobre suas histórias, portanto, não podem negligenciá-las. É preciso lembrar, ainda, que estas instituições devem trabalhar memórias coletivas carregadas não só de dor, mas também de resistência

e atos. Cabe aqui acrescentar, que por ser uma cidadã negra e futura museóloga nesta sociedade estruturada no racismo decorrente da colonização, sinto-me na obrigação de ocupar o meu “lugar de fala” para discutir questões como as propostas com este estudo.

No que concerne à metodologia da pesquisa, foram desenvolvidas análises de exposições do Museu do Doce e do Museu da Baronesa. A exposição, dentre outros, é momento fundamental no qual se dá a comunicação entre o museu e os públicos. É a partir dela, também, que os museus apresentam suas pesquisas junto a um determinado acervo, de acordo com suas respectivas missões. Assim sendo, justifica-se a escolha destas instituições pois ambas tratam de recortes da história da cidade, direta ou indiretamente relacionadas ao período escravista do país.

O Museu do Doce é uma instituição que trata sobre a população negra em sua exposição de longa duração e também em exposições temporárias. Portando, uma vez que a temática deste Museu está vinculada à história da casa que o abriga, é preciso ressaltar que os donos que lá viviam possuíam pessoas negras escravizadas em sua residência. Nesta mesma perspectiva, o Museu da Baronesa, está também abrigado em uma casa onde viveram pessoas escravizadas. Enquanto o primeiro traz a narrativa sobre a origem da tradição dos doces finos pelotenses, o segundo museu expõe sobre a sociedade das últimas décadas do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, e a família que residia no Solar.

Tendo em conta o recorte empírico operado, a partir de uma perspectiva qualitativa, esta pesquisa se propôs analisar as exposições museológicas elencadas atentando às suas concepções teórico-conceituais, além de seus discursos propriamente expositivos. São tais elementos peças-chaves para a elaboração de formulações que possibilitaram encontrar respostas sobre qual é a relação da população negra como público visitante das instituições referidas - ou mesmo, sobre a possibilidade de não haver sequer esta relação.

Foram implementadas, como técnicas de pesquisa, uma revisão bibliográfica, objetivando o aprofundamento textual; além de uma análise documental, com base em materiais institucionais dos museus e, também, referentes às exposições temporárias e de longa duração abordadas. Tais materiais são peças de divulgação, publicações, catálogos, documentos de referência, dentre outros, que deram

subsídios para o entendimento de como é construído o discurso destas instituições. Por fim, foi realizada uma entrevista (apêndice A) com os membros da equipe do Museu Municipal Parque da Baronesa. Já para o Museu do Doce, foram enviadas algumas questões (apêndice B), mais de uma vez, pois foi feito o contato com o museólogo responsável, que mesmo tendo assegurado que responderia, não o fez. O objetivo era buscar informações a respeito da concepção teórico-conceitual, seleção de objetos e recursos expográficos para implementação do discurso expositivo, além dos objetivos dos museus.

Esta pesquisa está dividida em quatro partes, sendo a primeira a introdução, na qual se explicita o tema, o problema geral e os complementares, para em seguida, descrever os objetivos, geral e específicos, do trabalho. Ainda nesta parte do texto, apresento a justificativa e os procedimentos metodológicos que foram adotados durante a investigação.

A segunda parte é dedicada à revisão bibliográfica e à discussão do quadro teórico-conceitual. Dessa maneira, contempla os capítulos segundo, sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, onde são abordados os pontos relativos à forma como este sistema floresceu no estado e suas implicações ainda atuantes na sociedade - como o racismo estrutural e a criação do mito da democracia racial - e, ainda, os impactos históricos e socioculturais da escravatura na cidade de Pelotas; e capítulo terceiro, que discute sobre museus e visibilidade, nos levando a refletir sobre como o museu pode ser espaço de fala ou de histórias unilaterais. Também no capítulo três, debato sobre o papel dos museus na construção da identidade da população negra, com base no conceito weberiano de 'tipos ideais'.

A terceira parte é voltada para a apresentação dos dados coletados a partir da investigação empírica, sustentada pela revisão bibliográfica, além da análise das exposições museológicas, de longa duração e também temporárias. Em seguida, é feita a comparação entre as práticas adotadas por estes museus para a configuração expográfica e textual. Por último, na quarta parte, são tecidas as considerações finais, que sintetizam as ideias centrais que foram conformadas no corpo da pesquisa, em articulação com as questões fundamentais e suas hipóteses introdutórias.

2. Escravidão no Rio Grande do Sul

Há resistência em discutir o que de fato aconteceu durante o período da escravidão no estado do Rio Grande do Sul. Assim, muito do que é debatido hoje se dá de forma superficial e restritiva. Assim considerando, neste capítulo inicial é tratado sobre a herança deixada pelo sistema escravista no país e no estado, além de como o racismo se transformou em uma estrutura dessa sociedade já afetada pelo sistema escravista, idealizando um mito que gerou impactos, em todos os aspectos, na vida da população negra na cidade, também na cidade de Pelotas, especificamente.

2.1. Herança escravagista e racismo estrutural

O regime escravista foi um sistema assassino, tão severo no Rio Grande do Sul quanto nos estados do Nordeste ou Sudeste, por exemplo. Para alimentá-lo, muitas vidas negras foram retiradas à força do Continente Africano e trazidas para o trabalho servil urbano e/ou rural no Brasil. A inserção de negros escravizados no sul do país, conforme a autora e historiadora Sandra Pesavento (2014), se deu nas lavouras de trigos e estâncias de criação de gado. De acordo com o também historiador Euzébio Assumpção,

Presentes no território gaúcho desde a sua fundação pelos portugueses, os trabalhadores negros escravizados foram de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e cultural da antiga Província de São Pedro. (2007, p. 25).

Assim sendo, é imprescindível compreendermos que o capitalismo é um eixo fundamental neste processo de escravidão, pois o mercado exportador foi o impulsionador deste sistema. Ainda conforme Pesavento (2014), no final do século XVIII surgiram dois novos produtos gaúchos, o trigo e o charque. Neste sentido, a autora ressalta que

[...] aparecendo expressivamente nas exportações gaúchas a partir de 1780, o trigo foi capaz de promover a riqueza de alguns, que se expressou na compra de escravos negros para a ampliação das lavouras. (PESAVENTO, 2014, p.17).

Neste sentido, conforme aumentava a demanda de plantação e exportação, aumentava também a compra de escravizados. Logo o mercado ampliou e a utilização do trabalho escravo, agora nas Charqueadas Pelotenses, expandiu de tal forma que ao final do século XVIII instalaram-se estabelecimentos de charquear na área próxima da atual cidade de Pelotas. Estes locais funcionavam basicamente com o trabalho da mão de obra escravizada. Segundo o historiador Jonas Vargas (2012, p. 79), “fundamental na alimentação dos escravos das plantations¹ do sudeste e nordeste do país, o charque ainda foi responsável por aprofundar a integração dos mercados do sul com o restante do Brasil”. Em relação a isto, Assumpção lembra que

Ao longo dos anos, a entrada de trabalhadores escravizados teve um aumento significativo, principalmente após a criação do pólo charqueador pelotense, a partir de 1780, que proporcionou em grande escala a entrada dos trabalhadores escravizados negros na região. (2007, p.24)

Estas fábricas de salgar carne foram responsáveis pelo crescimento e o enriquecimento dos senhores charqueadores e da cidade também, uma vez que os escravizados não trabalhavam somente com os processos referentes ao charque (RIBEIRO, 2010), mas eram designados para outras atividades, podendo ser no

¹ É um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

meio rural ou até mesmo na área urbana. Em Pelotas, afirma-se que

Além dos escravos que atuavam diretamente nas charqueadas, havia os que viviam e trabalhavam na cidade, tanto nas casas de seus senhores, quanto em estabelecimentos comerciais, em pequenas confecções e nas obras públicas. As residências mais ricas podiam possuir dezenas de escravos, homens e mulheres, trabalhando como domésticos, porteiros, cocheiros, cozinheiras, copeiros, lavadeiras e pajens, dentre outras ocupações. (MAGALHÃES, 2018, p. 27)

Logo, constata-se que a exclusão da população negra pela/da sociedade, como um todo, é resultado desses mais de 330 anos de um regime fundamentado no destrato contra as pessoas que possuem a pele escura. Desta maneira, durante estes pouco mais de três séculos, foram tiradas da população negra as chances de falar e existir. Ou seja, suas vozes foram caladas e suas existências, portanto, negadas. A filósofa Djamila Ribeiro (2017, p. 64) enfatiza que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”, portanto, se não há o espaço para falar, não há espaço para existir e assim, resistir.

Apesar disso, ao contrário do que a historiografia oficial apresenta, os negros lutaram contra aquele sistema, e hoje não é diferente. Porém, a questão é que não dão ouvidos a estas vozes apartadas da sociedade. Ainda de acordo com Ribeiro (2017, p. 78), “o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os *Outros*, enquanto esses *Outros* permanecem silenciados.” A população negra acaba por ser o outro, o indesejado.

Desta forma, de maneira simbólica, essa população continua a ser inferiorizada como no sistema escravista, pois os mesmos possuem as taxas mais baixas em relação a pessoas não negras, em necessidades básicas como educação, empregos e acesso à saúde, bem como aos espaços culturais. Estes fatores são o reflexo da desigualdade social e racial. Por outro lado, os negros em relação aos não negros, possuem as taxas mais altas em encarceramento, homicídios, inclusive “por engano”, pobreza, anafabetismo e desemprego.

O processo de abolição da escravatura no Brasil foi lento e resultante de pressões externas ao país. Os principais marcos formais foram: a Lei Eusébio de Queirós, que em 1850 proibia o tráfico negreiro; Lei do Ventre Livre, em 1871; Lei dos Sexagenários, em 1885; e Lei Áurea, em 1888. Contudo, mesmo com o “fim” do regime escravista na década de oitenta do século XIX, o tratamento dispensado à população negra, agora “livre”, não mudou. De acordo com a Profa. Dr.^a em Comunicação Giane Escobar,

A história se re-significa, o ambiente é outro, os personagens são outros, porém as práticas são as mesmas. Violência e resistência são palavras que são foram abolidas do viver e fazer da população negra, que ainda reivindica direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado, mas que, na maioria das vezes, se mostra omissa diante da intolerância, do preconceito, do racismo e da discriminação”. (2010, p. 51)

Em relação a isto, Ribeiro (2010, p. 73) complementa dizendo que “a abolição efetivou-se, mas a liberdade anunciada não libertou o cativo, que agora, como homem livre, não tinha posses”. Não era esta a situação em que os ex-escravizados imaginavam se encontrar. Ao contrário do esperado, eles se depararam com tamanha dificuldade em todos os aspectos relativos a suas subsistências. Estes foram jogados à própria sorte, sem condições mínimas de recomeçarem suas vidas. Além disso, eram duramente perseguidos pela polícia, sendo taxados como “vagabundos” e desordeiros, pois não se encaixavam nos moldes prescritos por uma sociedade discriminatória e racista.

Após 131 anos deste episódio, que deveria ter sido um marco positivo para a população negra, estes maus tratos para com os afrodescendentes se transformou em uma herança que passa de geração em geração. Assim sendo, a população negra sempre lutou para que o racismo fosse combatido, para que não virasse discriminação dentro da estrutura da nossa sociedade. Contudo, o que foi utilizado como argumento para a escravização dos africanos é que eles não eram humanos, pois não tinham alma, então eram coisas ou até mesmo, animais. Portanto, eles não só deveriam como necessitavam ser colonizados e forçados a trabalhar naquelas condições. Neste quadro, o racismo ao invés de ser combatido, foi reforçado, pois

Na verdade a sociedade rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como às posições assimétricas na estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação. (CARDOSO, 1977, p.84)

Portanto, discutir sobre escravidão não só em museus, mas neste Estado que carrega consigo alegações controversas que geraram uma falácia sobre uma equidade racial e social, não é uma tarefa fácil. Entretanto, é preciso analisar e debater sobre como este imaginário idealista consolidou o racismo até o ponto deste se tornar uma estrutura organizada e sustentada pelo Estado e a sociedade. Assim, o sociólogo Jessé Souza afirma que

Todo racismo, inclusive o culturalismo racista dominante no mundo inteiro, precisa escravizar o oprimido no seu espírito e não apenas no seu corpo. Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar seu corpo e seu bolso. De nada adianta americanos e europeus proclamarem suas supostas virtudes inatas, se africanos, asiáticos e latino-americanos não se convencerem disso. (2017, p. 19)

É necessário compreendermos que esta estrutura está fortemente enraizada em nossa sociedade ao ponto das classes inferiorizadas se identificarem como subalternos e como minoria merecedoras de suas atuais situações. Neste sentido, é importante termos em conta que essas ações disparadas contra essas populações, são orquestradas pelos novos senhorios que remodelaram o sistema escravista no Brasil construindo novos conflitos para o povo negro, um deles é a negligência do Estado. Esta herança racista nos dias atuais, é regada de invisibilização e desinteresse em sanar as dificuldades vividas pela população negra - pelotense, por exemplo - remanescentes do Brasil Colônia.

Neste sentido, a atual sociedade foi construída com base em uma estrutura planejada e impregnada de preconceitos e estereótipos pejorativos que negam às pessoas negras acesso a uma vida minimamente digna. A preocupação do Estado é colocar estas pessoas nas áreas mais distantes possíveis dos grandes centros, provocando seu “desaparecimento”, não tendo, assim, que lidar com suas

respectivas reivindicações, bem como tratar sobre o passado escravista do Rio Grande do Sul. Desta forma, o discurso que é historicamente propagado até então, não será contestado, nem posto em dúvida.

2.2. O mito da democracia racial

O Brasil é um país que declara viver em uma sociedade em que as diferentes etnias convivem em harmonia. Em consequência disto, flutua no imaginário de algumas camadas da sociedade brasileira, que vivemos em um país igualitário sem assimetrias em relação à cor da pele, cultura, economia, educação, dentre outros aspectos. Portanto, esta idealização repleta de mistificações acaba por criar e vender uma imagem falsa para o exterior. Para além disto, algumas das vítimas deste processo sequer compreendem que são peças de um sistema que visa mascarar as raízes da identidade brasileira.

Deste modo, os responsáveis por disseminar esta fantasia democrática também são culpados por fazer com que as vítimas acreditem neste país de igualdades. Assim, estas pessoas também passam a aceitar suas condições de vida, ou seja, o sofrimento decorrente da assimetria e falta de assistência por parte do Estado se tornaram ações naturalizadas logo, creem que o pouco que é acessível a eles já é um favor de bom grado do Estado para os menos favorecidos.

Jessé Souza (2000, p.2) aponta que a “democracia racial”, é “fabricada pelas elites brancas, já unidas entre si, de modo a evitar o espírito de revolta dos negros que tantas vezes já havia se mostrado no período colonial”. Percebe-se, portanto, que este mito foi construído com base no que ocorria já no século XIX, durante o período escravista. Por esta razão, Fernando Henrique Cardoso afirma que,

se o negro ao assumir a condição de homem livre, numa sociedade cujos princípios de estruturação e formas de organização social continuavam regulados conforme os interesses das camadas dominantes constituídas no período escravocrata, mudava simplesmente a forma de ser escravo, as diferenças existentes entre a escravidão de casta e a alienação imposta pela liberdade na miséria não eram meramente formais, no sentido de irrelevantes

quanto às perspectivas de modificações no processo histórico real.
(1977, p. 246)

Se vivêssemos em uma democracia racial a população negra não seria tratada com (in)diferença, e a historiografia oficial não insistiria em contar a história apenas a partir da ótica da elite. Deveria ser obrigatório, não só no estado mas no país, que as diversas camadas da sociedade tivessem a oportunidade de acesso às culturas e aos saberes que foram trazidos com os negros africanos, da mesma forma que temos acesso às culturas europeias. Uma consequência que é gerada por histórias comunicadas apenas a partir de uma ótica é a imbecilização dos receptores da informação e, neste caso, em grande medida, o povo negro se torna essa figura, que é idiotizada por consumir apenas o que as elites, como um todo, permitem.

Há quem defenda que o sistema escravista no Rio Grande do Sul não tenha ocorrido da mesma forma que em outros estados do país, argumentando que o senhorio gaúcho tratava o subalterno de forma acolhedora. Estas afirmações criaram uma mistificação acerca da escravidão sulina. De acordo com Escobar (2010, p. 48), “paira no imaginário nacional que o Rio Grande do Sul é um Estado branco onde não existem negros, ou que neste lugar a escravidão foi “mais branda”. Contudo, é contraditório uma afirmação como esta, uma vez que escravizar alguém, é um ato bárbaro e anti-humano, portanto, não pode ser benigno ou ameno em nenhuma medida.

O evento mais comemorado no Sul, a Semana Farroupilha, relembra a revolução organizada pela elite gaúcha contra o governo imperial do Brasil, que assim como em todos os conflitos bélicos, gerou heróis que se tornaram imortais. Bento Gonçalves é um dos nomes mais importantes deste conflito e foi imortalizado como um herói. Porém, ocorre que este homem, junto a outros, articulou uma farsa que prometia a liberdade, após a guerra, aos escravizados que lutaram na linha de frente daquele conflito. Contudo, a libertação foi a morte, pois estes guerreiros foram enganados e brutalmente assassinados no Massacre dos Porongos².

² No dia 14 de novembro de 1844 os Lanceiros Negros foram traídos no episódio conhecido como “O Massacre de Porongos”, nos campos dos Porongos hoje município de Pinheiro Machado.

Ainda assim, Bento é consagrado, inclusive em museus, juntamente com outros “heróis” brancos. Porém, o que não é lembrado é que ele possuía escravos, e que, portanto, este imaginário de democracia racial não passa de uma farsa, parte de um processo de um esquecimento seletivo e coletivo. De acordo com Assumpção (2007, p. 28), “a chamada democracia racial não passa de uma obra de ficção, ou de loucos delírios daqueles que querem idealizar e romantizar o passado sulista”. Com isto, estimula-se o apagamento da população negra da história do estado do Rio Grande do Sul, além de contribuir para dissimular os feitos dos negros para a cidade de Pelotas - caso que nos interessa em específico.

2.3. Impactos históricos e socioculturais da escravatura em Pelotas

A população descendente dos negros escravizados na cidade de Pelotas enfrenta a discriminação racial desde que seus antepassados foram introduzidos nas charqueadas, no século XVIII. Isso quer dizer que ainda há questões a serem reparadas pelas gestões da cidade, além da sociedade que enriqueceu graças ao trabalho escravo. Entretanto, como os escravizados, seus descendentes não se calaram diante das injustiças impostas a eles, pois afirma-se que em Pelotas houve articulações envolvendo pessoas da elite e abolicionistas que iniciaram um processo para dar fim à escravidão. Segundo Vargas (2012, p.86), tal fato se deu, mais precisamente, “ [...] em 1885, quando a onda abolicionista já havia libertado a maioria dos escravos em Pelotas”.

No entanto, é preciso refletir sobre tais articulações, pois até hoje existem outros propósitos por trás das “boas intenções” por parte da sociedade racista. Pode-se dizer, portanto, que o motivo seja pela vontade de controlar o povo negro, para que este não se revolte, como de fato ocorria no século XVIII. De acordo com Magalhães,

Desarmados por seu comandante David Canabarro, esses homens foram entregues à Duque de Caxias, comandante do exército imperial.

A cidade que, com a riqueza acumulada pelos charqueadores, se urbanizava rapidamente, buscava manter sob controle sua expressiva população de cativos, em razão do medo, sempre presente, de levantes e outras ações coletivas. (2018, p. 27)

Este medo perdura no imaginário da elite pelotense e atinge o seu ápice quando os negros levantam a voz e reagem contra as injustiças sofridas. Desta forma, este tratamento dispensado à população negra se dá pela sua exclusão, negação e a tentativa de controle. Logo, após excluir estas pessoas, o estado com o apoio da sociedade, com base no mito da democracia racial, nega a existência de negros e negras como cidadãos pelotenses, a tal ponto de figura-los como estranhos - ou seja, como se estes não fizessem parte da história da cidade, mesmo tendo sido os negros escravizados e os afrodescendentes a base criadora da sua população.

De acordo com o quadro abaixo, no início do século XIX é possível perceber que Pelotas, então Freguesia São Francisco de Paula, possuía mais de mil escravizados, somando mais de 50% da população.

Tabela nº 4 - Principais cidades escravistas no Rio Grande do Sul em 1814

Cidade	Total da População	Escravos	% de Escravos
Porto Alegre	6.111	2.312	37,7
Rio Pardo	10.445	2.429	23,3
Cachoeira	8.225	2.622	31,9
Pelotas	2.419	1.226	50,7
Piratini	3.673	1.535	41,8

Fonte: ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. 2013.

Deste modo, não há como falar de Pelotas sem falar de charqueadas, escravidão e capitalismo, pois como afirma Assumpção,

Pelotas foi um grande centro escravista, assim como principal pólo econômico do Rio Grande do Sul no século XIX, tendo sua

parcimônia baseada nos produtos fabricados nas charqueadas.
(2007, p. 26)

Sendo assim, faz sentido afirmar que são os afrodescendentes os responsáveis - ao menos em grande medida - pela ascensão e prosperidade da cidade de Pelotas, justamente em consequência de terem sido os protagonistas na construção da cidade como um todo.

O processo de abolição da escravidão foi duramente combatido pelo senhorio pelotense, conforme afirma Magalhães (2018, p. 24), “essa dependência da mão de obra escrava fez dos charqueadores pelotenses opositores ferrenhos à abolição da escravidão”. E nos dias atuais, a política de cota racial que é uma iniciativa justa e merecida, abriu as portas das universidades públicas federais para os afrodescendentes não só de Pelotas, mas do país, terem acesso a uma educação de qualidade e com isto diminuir o percentual de desigualdade educacional entre brancos e negros. No entanto, estas ações afirmativas também acabam por serem combatidas, pois esta sociedade não deseja que a população negra tenha as mesmas oportunidades que eles. Esta é uma prática recorrente no estado e principalmente em Pelotas, pois foi idealizado pela elite pelotense desde o século XIX, que Pelotas devia seguir os preceitos da cultura europeia. Por isto, Pelotas é, segundo Mário Osório Magalhães, “uma cidade tão única, tão orgulhosa de si mesma a ponto de se autodenominar, ressaltando os conceitos de opulência e cultura, “Princesa do Sul” e “Atenas RioGrandense” (MAGALHÃES, 2018, p. 12).

Essa vontade de transformar a cidade em um grande centro cultural de referência para as elites sulinas - a cidade dos doces finos de Portugal - acabou por agravar a situação da população negra no município. A dificuldade de desvincular o povo negro do escravo é um fator determinante do porque esta população ainda sofre como se estivesse nos tempos dos barões e charqueadores. As cotas universitárias são ações legítimas e impulsionadoras de mudança, contudo, as pessoas ‘beneficiadas’ enfrentam outras questões para que de fato consigam ter acesso à educação. As desigualdades sociocultural e econômica são exemplos determinadores de segregação nesta cidade. Há, sim, um sintoma crescente de

isolamento e afastamento destas pessoas dos espaços produtores de conhecimento e posteriormente do mercado de trabalho pelotense.

Em consequência disto, enquanto não houver uma reparação do estado, os problemas não irão desaparecer, e virão novas gerações, trazendo novos e piores problemas. Os museus têm o dever de abrir espaço e acolher o povo negro, disseminando as suas memórias e narrativas. Mas para além disso, é preciso que as instituições museais saiam dos centros, de modo a atingir as periferias, pois o racismo foi convertido em discriminação e criou uma barreira que mantém a população negra longe destes espaços culturais que possuem o potencial de encorajar o público - seja ele negro ou não - a questionar a realidade em que vivem e suscitar reparações.

3. Museus e visibilidade

Os museus são espaços de promoção da cultura, possuindo autonomia para escolher a forma através da qual irão comunicar seus acervos. Posto isto, neste capítulo será feita uma análise sobre aspectos que envolvem a relação museu-lugar de fala, pensando justamente se há espaço para os diversos atores envolvidos com as histórias narradas ou se, ao contrário, tais instituições permanecem - como inegavelmente foram durante seus primeiros séculos de existência - ambientes produtores de narrativas unilaterais, carregadas de estigmas e preconceitos.

3.1. O museu como lugar de fala, ou da história única?

As instituições museológicas são ambientes que contam histórias a partir dos acervos, desta forma, cabe às equipes responsáveis pensar na maneira em que desejam comunicar seus objetos para os públicos. A depender da tipologia e missão do museu, o jeito que este se expressa para a sociedade poderá proporcionar encontros de identidades do passado com o presente. No entanto, esta conexão poderá ser positiva ou negativa, na medida em que o museu pode afirmar uma narrativa voltada para uma ótica colonialista, ou não. Sendo assim, o poder que paira neste cenário conflituoso pode servir tanto para problematizar como para reforçar determinados discursos.

Sendo assim, é importante fazer um exercício de reflexão acerca de como os museus utilizam este poder, que é também o de se apropriar de identidades, podendo resultar na perpetuação da invisibilidade de determinados grupos, ou por

outro lado, em visibilidade de causas emergentes de populações oprimidas no país - como é o caso dos negros, por exemplo. De acordo com Djamila Ribeiro (2017, p. 31), é preciso, “entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades”.

Quando o discurso do museu se volta para a invisibilização de determinadas identidades o resultado pode ser a alienação e até mesmo a auto-negação de certos grupos. Em razão disto, que o professor emérito Ulpiano Meneses (2000, p. 95) defende que “é com a formação crítica que os museus deveriam comprometer-se ao trabalhar com as questões da identidade e da história.” Os museus são palcos de disputas de poder, sobretudo político-identitárias. Acreditamos ser preciso compreender, portanto, do que se trata o termo “lugar de fala”, cunhado por Djamila Ribeiro (2017).

A filósofa destaca que lugar de fala é uma zona sobretudo social e coletiva, ou seja, que ultrapassa o aspecto individual, mesmo que esta questão venha de um apelo particular. Desta forma,

quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. (RIBEIRO, 2017, p. 61)

Neste sentido, os museus podem se apropriar do lugar de fala da população negra e, assim, deslegitimar e/ou omitir suas histórias e feitos. Assim, as memórias destas pessoas estão sempre em dissonância, pois comumente são relatadas por indivíduos que detêm o poder, em detrimento do próprio povo negro. Mesmo que em espaços museais existam profissionais negros, a questão é que, como apontado acima, o racismo estrutural em nossa sociedade não dá lugar efetivo e total autonomia para estas pessoas, que em consequência disto, continuam a ser

subalternizadas - até mesmo pelo fato de os museus serem regidos por equipes que muitas vezes possuem ideais diferentes.

Contudo, é necessário entender que os negros não são os únicos que podem falar, ou seja, que possuem o lugar de fala sobre racismo, escravidão e os demais aspectos referentes às suas vidas. Pessoas brancas não só podem como devem discutir sobre tais aspectos, mas desde que compreendam quais são as suas posições sociais, pois estas sem exceções possuem privilégios sobre a população negra. Em consequência disto, mesmo que estes indivíduos não pertençam à elite, apenas pelo fato de serem brancos já se localizam em lugares diferentes em relação às pessoas negras. Portanto, esta noção é o eixo fundamental do conceito abordado.

A partir do momento em que estas pessoas, não negras, entendem os seus lugares e como estes se articulam, suas ações podem ser diferentes do comportamento naturalizado, ou seja, alienação e indiferença. Dentro das instituições museológicas, estas percepções são de extrema importância, pois, do contrário, os discursos por elas disseminados podem se tornar ilegítimos. Analisemos, neste sentido, a seguinte afirmação da autora nigeriana Chimamanda Adichie: “mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão.” (informação verbal)³. Tal assertiva expressa firmemente o sentido do poder detido pelos museus, pois são eles que detêm o lugar de fala ao delimitar os critérios e parâmetros sobre os quais a ação de “mostrar” o povo negro se concretizará. De maneira que, essas apropriações discursivas não estão isentas de direcionamentos específicos, por vezes, inclusive, voltados a deslegitimar a identidade de quem é “mostrado”.

Assim, nos museus, o lugar que os profissionais responsáveis pelas pesquisas científicas ocupam na sociedade, será refletido na maneira em que a exposição será apresentada aos públicos. Portanto, se há uma alienação destas pessoas em relação às suas posições sociais, o resultado estará longe de um discurso democrático e real. Em consequência disto, é retirada dos grupos “minoritários” a possibilidade de existir de outras formas, diferente da que é

³ Apresentação de Chimamanda Ngozi Adichie na Conferência anual – Ted Global, 2009 – Oxford, Reino Unido.

escolhida para ser “mostrada” pela equipe do museu.

Histórias também são definidas pelo princípio do poder. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. (informação verbal)⁴

Há outra questão importante em relação ao lugar de fala nos espaços museológicos, que é a legitimação do que Waldisa Rússio (1981) chama de ‘fato museal’⁵. Segundo a autora, este processo se dá na relação profunda do indivíduo com o objeto que, por sua vez, faz parte da realidade na qual este indivíduo⁶ está inserido, tendo este o poder de agir, deixando de ser espectador e assumindo o papel de protagonista. Porém, se a narrativa do objeto, como um todo, estiver carregada de imprecisões e mitos, que tipo de relação trava o indivíduo com este objeto? Esta pessoa compreenderá que podem existir outras versões além do que está sendo exposto?

Tais indagações precisam ser feitas pelos profissionais de museus, no sentido de procurar evitar exposições que reproduzam uma visão única e engessada da história. Uma pessoa que sempre viu sua identidade ser contada apenas a partir de uma ótica pejorativa, dificilmente vai se questionar se há algo de errado com a sociedade que os julga, ao contrário, irá se comprometer em seguir os padrões naturalizados nas mais diversas relações sociais.

Os problemas gerados, neste contexto, são significativos, pois é incutido no povo negro que eles são o que a sociedade e suas narrativas tradicionalmente contam. Desta forma, estes grupos ditos “minoritários” também passam a integrar essa massa alienada, pois, como ressalta Chimamanda (2009), “devo rapidamente acrescentar que eu também sou culpada na questão da única história”. Ou seja, as vítimas, mais do que os agentes fomentadores desta ação alienante, crêem nesta falácia. Os museus, portanto, são comumente locais que podem disseminar

⁴ Idem.

⁵ A autora modificou e aperfeiçoou este conceito entre os anos de 1980 e 1990.

⁶ No conceito original é utilizada a palavra ‘homem’ e aqui foi trocada por indivíduo, para tornar mais inclusivo.

discursos irreais, e se não repensarem suas atitudes, estarão contribuindo na construção de identidades estigmatizadas e incoerentes.

3.2. Construção da identidade da população negra conforme 'tipos ideais'

Identidade é a forma como os indivíduos se compreendem e manifestam isto para a sociedade. A identidade étnica, em específico, ganha outros significados, como a auto-afirmação, por exemplo. Trata-se, em última análise, de um processo de autoconhecimento, que é quando buscamos entender as nossas raízes, quem eram os nossos antepassados e se estes vieram de outro lugar, bem como compreender quem somos e qual o lugar que ocupamos nesta sociedade. Logo, procuramos respostas para alguns questionamentos como: a pele negra é significado de inferioridade? ou por quais motivos as pessoas negras são vistas como perigosas ou submissas? Para que tais questões sejam respondidas é preciso que encontremos mais informações e diferentes versões sobre a história da população negra.

A problemática surge no momento em que não são disponibilizadas outras versões sobre estas pessoas, assim, o processo de auto-afirmação se torna falho. Falha que pode decorrer de ação social que preza pela formulação de determinados tipos que a sociedade constrói para tratar determinados grupos. Conforme afirma o sociólogo Maurício Tragtenberg,

O tipo ideal, segundo Weber, expõe como se desenvolveria uma forma particular de ação social se o fizesse racionalmente em direção a um fim e se fosse orientada de forma a atingir um e somente um fim. (1997, p. 8)

Portanto, os tipos ideais são modelos tecidos categoricamente e que partem de uma realidade, mas nem sempre correspondem totalmente a esta realidade. Logo, as formas de representação da população negra esporadicamente

compreendem suas verdadeiras identidades. Ou seja, os elementos disponíveis para o entendimento dessas pessoas, que estão em busca do autoconhecimento, foram constituídos com base em ideais estigmatizados, em consequência disto, as identidades negras são postas em xeque, pois geralmente são expostas a partir de versões potencialmente preconceituosas.

Esta ação se torna uma desconstrução, ao invés de construção, pois estes modelos delineados por parcelas hegemônicas da sociedade, foram forjados desde a invasão de Portugal, no país hoje chamado Brasil, pois quando escravizaram os negros africanos e os indígenas, já haviam formulado características falsas com a finalidade de dominar e diminuir psicologicamente aquelas pessoas. Desta forma, houve um processo de dismantelamento destas identidades e a criação de tipos, de caracterizações falsas. Este ato parte da realidade porque são ações reproduzidas pelas diferentes sociedades desde 1500, contudo, isto não significa que estas formulações sejam legítimas. Assim como afirma Chimamanda (2009) “a única história cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos”. Tais estereótipos acompanham a vida das pessoas negras, mesmo antes destas nascerem.

Assim sendo, são atreladas a uma pessoa negra diversas caracterizações ao longo de sua vida e, a depender do momento em que esta pessoa se encontra, seja criança ou adulto, as idealizações signos da intolerância se modificam. Ou seja, quando criança o indivíduo já está suscetível a distinção entre os colegas e amigos, comumente pelo fenótipo. Logo, o homem negro assume somente as versões de agressor, mau caráter, passivo, subalterno e todos os aspectos ligados a inferiorização. Já a mulher negra, desde criança é objetificada sexualmente, ações decorrentes da escravidão e colonização. Além disto, a mulher negra é taxada como submissa, ignorante e a demais figurações relativas a subordinação.

De fato, estes tipos pejorativos ocasionam problemas devastadores na vida de uma pessoa negra, pois são rótulos encaixados a partir do momento que estas nascem. Para dar fim a esta prática será necessário que o racismo estrutural/institucional seja derrubado e, conseqüentemente, desnaturalizado. Estas problemáticas surgem nas instituições museológicas quando os indivíduos negros são representados somente a partir dessas adjetivações, pautadas em parte por

uma alienação da sociedade e, por outra parte, pelo comportamento desinteressado - e no fundo racista - em contemplar apenas uma versão da história da população negra. Assim, ocorre um processo de delimitação de diversas histórias de diferentes pessoas, que por injustiça, passaram por um sofrimento em comum, a escravidão. Por isto, não podemos deixar que as raízes deste período sigam crescendo, limitando a existência do povo negro.

4. Museus pelotenses, identidade e visibilidade da população negra

Neste momento é feita uma reflexão acerca de como vem se tratando a memória e identidade da população negra, por meio da análise de exposições de dois museus na cidade de Pelotas, nomeadamente, o Museu Municipal Parque da Baronesa e o Museu do Doce. Logo, questionamos se há de fato uma visibilidade negra nesses espaços e, se houver, como está sendo trabalhada? Assim, este trabalho de análise crítica é baseado nos discursos e conceitos adotados pelos museus em questão, com base nas exposições e em entrevista realizada com a equipe de uma instituição, com o intuito de compreender os critérios escolhidos para que estas exposições tomassem forma.

4.1. Museu da Baronesa

O Solar da Baronesa foi construído durante a segunda metade do século XIX, época em que Pelotas viveu o apogeu das charqueadas. A propriedade onde foi construída a Chácara da Baronesa pertenceu ao Coronel Annibal Antunes Maciel, passando na década de 1870, oficialmente a pertencer, por herança materna, ao seu filho Annibal Antunes Maciel Jr., mais tarde o Barão de Três Serros.

Annibal casou-se com Amélia Hartley de Brito em 1864, na cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, o casal mudou-se para Pelotas instalando-se na chácara, conhecida na época como Parque Annibal, onde viveram mais duas gerações da família. No ano de 1978 uma parte da propriedade foi doada ao município por descendentes dos barões, sob a condição de que o parque e a casa fossem abertos ao público. Na época de sua restauração, entre 1978 e 1982, o prédio de linhas neoclássicas sofreu algumas alterações que simplificaram sua fachada.

E foi em 1985 que não só as edificações mas, também, o parque foram tombados como patrimônio histórico municipal.

Os ambientes do Museu foram concebidos para manter a tipologia de uma residência, a partir de peças de seu acervo que é composto por doações da família Antunes Maciel, além de doações e empréstimos da comunidade. De acordo com o catálogo de divulgação da instituição:

O Museu Municipal Parque da Baronesa tem como missão guardar e preservar bens de valor histórico e cultural que representam os usos e costumes da nossa sociedade abrangendo as últimas décadas do século XIX até as primeiras décadas do século XX, bem como a comunicação e exposição ao público para promoção do conhecimento e educação, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Que sociedade é esta que a instituição está servindo? Que conhecimento está sendo gerado? São questões que nos movem nas reflexões adiante.

A equipe responsável pela gestão do Museu atualmente, tem implementado mudanças notáveis em sua exposição, a começar pela introdução da população negra do discurso expográfico e oral da instituição como um todo, somando a história da família proprietária do Solar. Anteriormente, isto era algo impensável, pois havia apenas uma possibilidade de existência para o povo negro naquela residência, que era uma manequim negra representando a escrava cozinheira. A instituição chegou a ganhar um prêmio em decorrência das atividades realizadas com as temáticas referentes ao povo negro. Desta forma, a diretora Fabiane Moraes (2019) explicou que

Os R\$ 100 mil recebidos em premiação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em reconhecimento pelo projeto “A visibilidade do Negro no Museu da Baronesa” — que vem desenvolvendo ações há mais de quatro anos, entre exposições, mesas redondas, palestras e oficina de dança afro —, estão sendo aplicados em medidas de prevenção contra incêndios (circuito interno de TV; detectores de fumaça e alarme; luzes de emergência). (informação verbal) ⁷

⁷ Entrevista concedida ao site: <http://www.pelotas.com.br>

Assim, fora ações esporádicas e/ou realizadas por tempo limitado, foram realizadas intervenções pontuais mas positivas - lembrando que na maior parte dos mais de 30 anos de existência, o Museu não tratou das memórias do povo negro. Contudo, é preciso adiantar aqui que por conta da dimensão dos móveis e os utensílios que decoram a casa, pertencentes a elite política-econômica pelotense, é notável a grandeza desta camada da sociedade em detrimento de outra, mas isto não significa que estes continuaram à sombra daquela sociedade aristocrática. Atualmente o Museu conta com uma equipe com duas museólogas, Giovana Marcon e Taciana Kurz, a diretora Fabiane Moraes e o conservador restaurador Marcelo Madail. Estes profissionais são os responsáveis por colocar em prática as ideias relativas ao Projeto de Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa.

4.1.1. Exposição de Longa Duração

As narrativas sobre a população negra na exposição de longa duração do Museu da Baronesa aparecem em um ambiente no qual se fala sobre os clubes de carnavais em que 'Déa' e 'Zilda'⁸ festejavam - como o Clube Diamantinos, por exemplo. Além disso, segundo a diretora Fabiane⁹, foi acrescentado no discurso do Museu a existência de clubes criados por negros e voltados para os mesmos, como o Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo. Logo, aparece a figura dos escravizados em relação à família proprietária do Solar, em uma sala denominada "Quarto de criança". É neste momento que o Museu conta, através de um pequeno texto informativo, como se dava o processo das amas de leite, que nada mais eram que mulheres negras destinadas à amamentação dos filhos dos barões. Como é dito no texto¹⁰:

⁸ Netas da Baronesa Amélia e do Barão Annibal Antunes Maciel.

⁹ Informação dada na entrevista feita pela autora.

¹⁰ Texto da exposição na sala: Quarto de crianças.

Durante o século XIX, era comum as famílias com mais posses possuírem uma escrava que servia como ama de leite, pois acreditava-se que a mulher deveria evitar a amamentação para preservar o físico, a estética, a moral e a relação conjugal, por isso a figura da ama era tão importante. Dessa forma, a ama de leite era responsável por amamentar o filho do senhor, podendo ser de propriedade da família ou adquirida através de aluguel. Geralmente, essas escravas eram mais valorizadas, tendo melhor alimentação, vestimenta e permanecendo nos quartos das crianças.

No final do texto são apresentados os nomes de quatro amas de leite da família, eram elas: Anastácia, Bibiana, Antonina e Josefa. Segundo o Museu, esta informação consta no testamento do Barão que foi redigido em 1885, no qual já figuram como ex-escravas. Expor os nomes destas mulheres é um ato simples na prática, mas de extrema importância, pois é preciso lembrar que estas pessoas aos olhos do senhorio e da elite, não eram consideradas humanas e portanto não eram tratadas por seus nomes. É preciso mencionar também que este trabalho desempenhado por negras escravizadas lhes causavam sofrimento físico como também psicológico, pois estas mulheres tinham que deixar seus filhos de sangue de lado para atender as outras crianças.

Logo após, em um corredor, é exposto dentro de uma vitrine (figura 1) um fantoche de uma menina negra ao lado do livro “Menina Bonita do Laço de Fita”, que foi utilizado em uma ação educativa alusiva ao mês da criança no ano de 2017. Junto a estes elementos está um *banner* que contextualiza este acontecimento, contando que a ação se deu pela contação da história, seguida de um desenho produzido pelas crianças sobre qual foi a sua parte preferida da história.



Figura 1 - Texto com os recortes das cartas.
Fonte: Foto da autora, 2019.

Este livro teve a sua primeira edição publicada em 1986, contando como uma menina negra era invejada, por um amigo coelho, pela sua beleza, incluindo a cor de sua pele e cabelos trançados presos com laços de fita. Portanto, é um livro muito importante para o empoderamento das crianças negras (aliás esta foi a história que eu mais li na minha infância).

Em seguida, ainda em um corredor, está outro *banner* (figura 2), e também dentro de uma vitrine, no chão do expositor, estão dois objetos musicais sem identificação, sendo provavelmente relacionados a religiões afro brasileiras. O título do *banner* é “Visibilidade do Negro no Museu da Baronesa”, e no texto é contado que a equipe do Museu se inspirou no tema do Dia do Patrimônio do ano de 2014, entendendo que trazer à tona esta discussão na instituição seria importante em razão da lacuna referente às narrativas sobre a população negra.



Figura 2 - Banner sobre o Projeto de Visibilidade do Negro no Museu da Baronesa.
Fonte: Foto da autora, 2019.

Desta forma, são quase cinco anos trabalhando diversas ações com o intuito de efetivar a população negra no discurso museológico. O início deu com rodas de conversas e palestras de profissionais de diferentes áreas como História/Arqueologia e Museologia¹¹, além das pesquisas no acervo documental e em livros de sugestões do Museu, que resultaram nas exposições e nos eventos temporários a partir do ano de 2014 até hoje.

Por fim, mais quatro elementos chamaram a atenção, sendo três que fazem parte da exposição e, o outro, estando no exterior do Museu. Em um canto, junto a um quadro do Barão dos Três Serros, está outro texto impresso e disposto em um

¹¹ O Professor e Dr. em História Lúcio Menezes e o Museólogo, Professor e Dr. em Arqueologia Diego Lemos Ribeiro, ambos lotados no Instituto de Ciências Humanas - UFPEL.

pedestal (figura 3), que fala sobre as cartas de alforria. De maneira geral, é explicado como os negros escravizados conseguiam estes documentos. Ao lado desta contextualização há trechos de algumas cartas, sendo dois da família Antunes Maciel, como podemos ver abaixo:

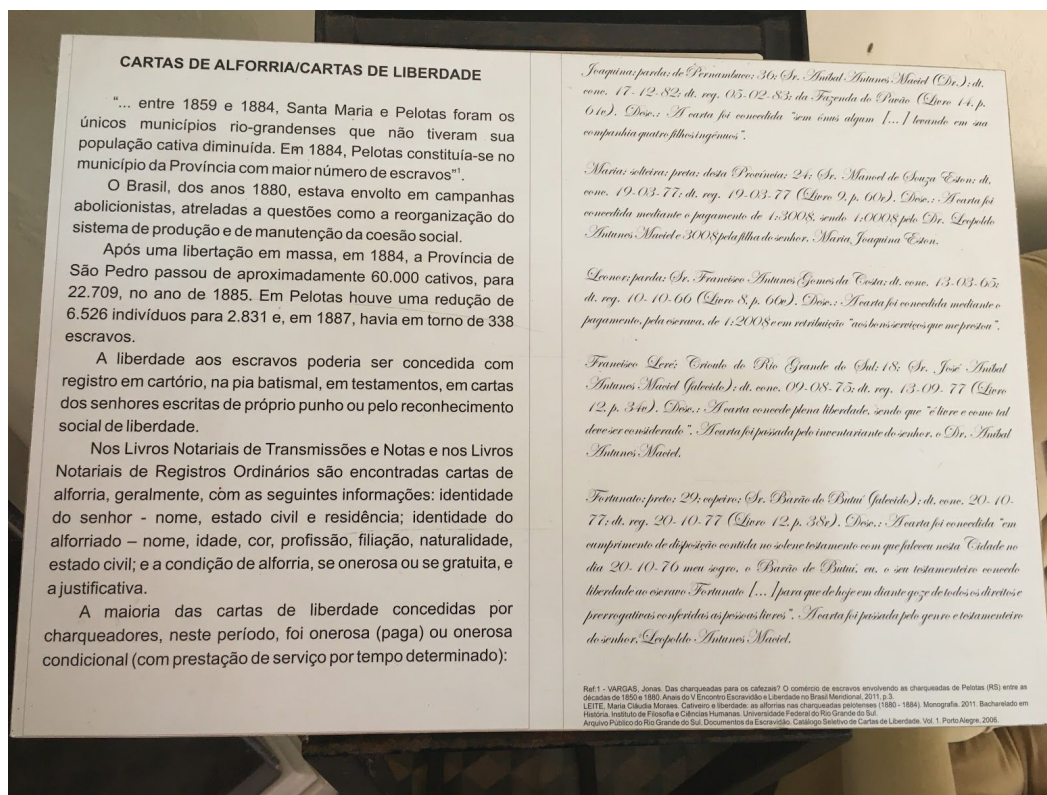


Figura 3 - Texto com os recortes de cartas de alforria.
Fonte: Foto da autora, 2019.

Os últimos dois elementos da exposição estão localizados em ambientes abertos perto da cozinha, um fica perto da réplica do livro de receitas da família e o outro em uma mesa próxima. O primeiro é um cartão (figura 4) com fotos e um texto falando sobre o abastecimento de água da cidade. Este texto fala sobre o papel conferido aos escravizados na busca de água nas cacimbas, para o senhoril, inclusive, o medo desta elite em relação a possíveis conflitos que poderiam acontecer, uma vez que, estas cacimbas eram pontos de encontro dos escravizados.

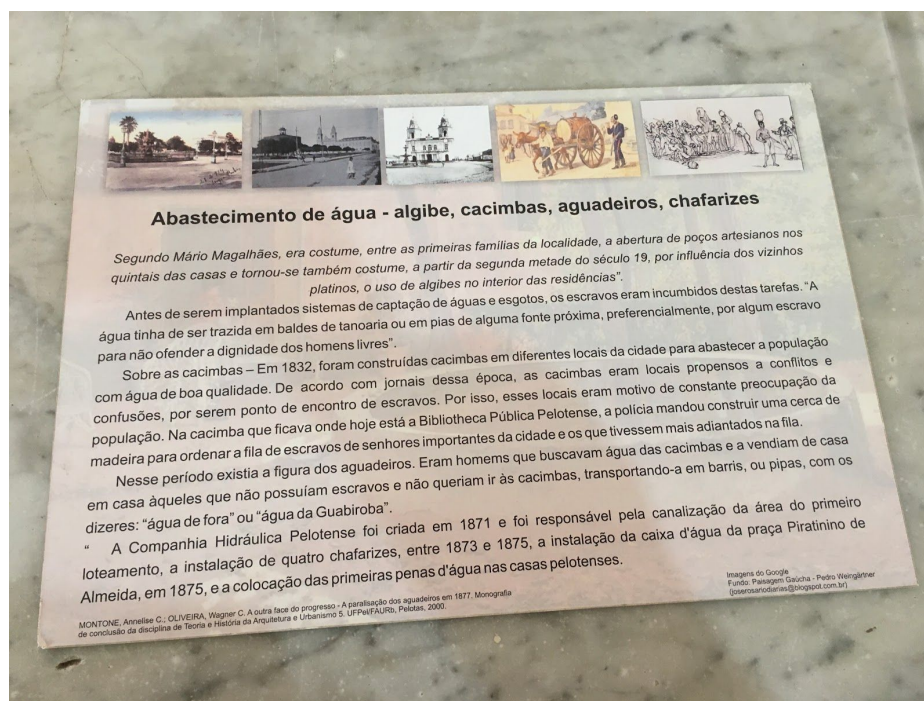


Figura 4 - Texto sobre o trabalho de abastecimento de água.
Fonte: Foto da autora, 2019.

Em seguida, sobre uma mesa de madeira, está outro texto impresso (figura 5) que fala sobre os diversos trabalhadores da casa e as suas funções. Estes dados foram encontrados em um inventário do Barão do ano de 1885 e de um livro de despesas da filha dos Barões, dona Sinhá, dos anos de 1895 a 1946. Assim como foi feito na sala “Quarto de criança”, neste texto estes prestadores de serviços são tratados pelos seus nomes. Entre eles estão o copeiro Antonio, a cozinheira Delphina e o jardineiro Joaquim.

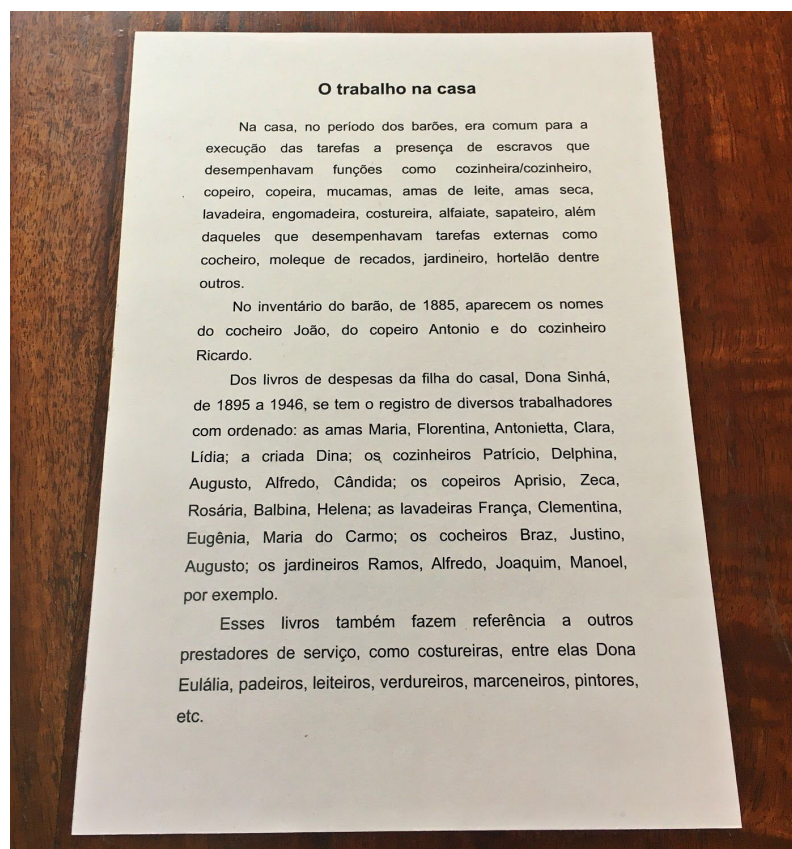


Figura 5 - Texto sobre os trabalhadores da família.

Fonte: Foto da autora, 2019.

O terceiro objeto está localizado na parte exterior da casa, na qual há um pátio que pode ser visto da sala onde encontra-se a figura acima, que está caracterizada como sala de jantar. Lá está pendurada uma placa (figura 6) com o seguinte dizer: “Aqui o passado está vivo! Foi construído por mãos escravas no século XIX. Não destrua esta história que também é sua! Este patrimônio pertence a todos”. Abaixo podemos ver como está colocada esta placa, da vista de uma janela, percebendo-se, portanto, a dificuldade para a leitura.



Figura 6 - Placa falando sobre a presença negra na casa.
Fonte: Foto da autora, 2019.

Sem dúvida, tal inscrição foi o que mais chamou a atenção, por se tratar de afirmações legítimas colocadas em um museu que desde a sua criação foi uma instituição que inviabilizou a população negra. Contudo, por estar em um espaço cuja circulação dos visitantes é proibida, este texto torna-se inacessível aos visitantes que não se atentam para os detalhes externos.

De maneira geral, todas estas narrativas inseridas no discurso do Museu e da sua exposição de longa duração foram significativas, pois a maneira como os textos foram elaborados demonstra o cuidado que a equipe teve em pesquisar e falar sobre a população negra que viveu naquela casa junto a família. Infelizmente são poucas as vezes que os visitantes param para ler *banners* ou os textos informativos. Pode ser que a comunicação entre o mediador e o público dê conta desta questão, mas quando não houver alguém para fazer a visita guiada é possível que não haja esta compreensão por parte do público. Mas se há a inclinação da equipe do Museu

em atender à demanda da comunidade pelotense, o esperado, idealmente, seria o fortalecimento dos discursos alusivos à população negra na exposição de longa duração, além da continuidade das atividades temporárias, pois estas mantêm o museu vivo - se houver a participação da comunidade, vale ressaltar.

Em entrevista com a diretora da instituição, Fabiane Moraes, e a sua equipe, foi contado que realmente o ano de 2014 marcou o 'pontapé' do processo de inserção da população negra no Museu. Começou com uma exposição que tratava sobre a religião católica, a qual foi intitulada:

Coleções: Acervo Sacro do Museu da Baronesa, ocasião em que foi apresentada, pela primeira vez, uma série de peças pertencentes à instituição. Imagens, vestimentas e uma série de objetos que transformaram alguns dos ambientes da expografia. (p. 4)¹²

Logo, a equipe notou que era impossível não tratar da herança africana através do sincretismo religioso. Surgiu então a referida exposição, onde foram inseridos em seus diversos ambientes, objetos referentes às religiões de matriz africana. A equipe, de maneira correta, além de expor os materiais dentro de uma contextualização, não se restringiu apenas à pesquisa bibliográfica, adotando o conceito de lugar de fala e abrindo espaço para um Babalorixá¹³, que por sua vez, pôde auxiliar na realização da exposição. Em comemoração da passagem de um ano do início das atividades relacionadas ao projeto de visibilidade negra no Museu, esta exposição foi remontada e exposta no período de 12/12/2017 até 14/04/2018.

A diretora confessou ter sentido receio, mesmo sendo negra, em realizar mudanças para integrar o povo negro nos discursos do Museu. Este é um relato forte, pois demonstra o quanto - nós negros - sofremos com a alienação que nos é imposta pela estrutura social racista, ou seja, temos receio até mesmo em falar sobre a nossa história, pois ela nos foi negada. No entanto, com as crescentes e constantes reclamações dos visitantes, além da própria inquietação da equipe, o projeto foi a frente.

¹² Informação retirada do Projeto "Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa", disponibilizado pela diretora da instituição.

¹³ Pai de santo, pai de terreiro, babalorixá, babaloxá ou babá é o sacerdote das religiões afro-brasileiras.

No mês da Consciência Negra do ano de 2018, a instituição inaugurou a exposição “A Batucada do Charque”, que ficou em cartaz por aproximadamente três meses. Junto a ela foram realizadas, em seis dias, atividades culturais voltadas para a comemoração da identidade negra. Esta exposição foi um ato de resistência e liberdade onde foram levantados diversos questionamentos como: “Ocultação?”; “Tambor é memória?”; “Tambor mas charqueadas?”; “Contribuição dos negros?”. Junto a isto, estavam outros materiais gráficos contextualizando a história do Sopapo:



Figura 7 - Contextualização do Sopapo

Fonte: Foto da autora, 2019.

Este instrumento foi o protagonista da exposição. Um dos cartazes dizia:

Recriado pelos negros escravizados nas charqueadas, o Sopapo era feito de tronco de árvore ocado e couro de cavalo. Encontrado nas cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, foi inicialmente

utilizado em ritos religiosos para a comunicação com os deuses, e com o decorrer do tempo também passou para ambientes seculares, como o carnaval. Sua história remonta a travessia dos primeiros escravizados trazidos do continente africano e tem importante papel simbólico identitário para a população afro-riograndense, demonstrando a força da **contribuição negra** para a **história do estado**, frequentemente ainda **negligenciada**. (2018, grifo nosso)¹⁴

Este instrumento musical é dotado de expressões e significados das lutas de um povo que tem a resistência como sua essência, desde o momento em que foram sequestrados do continente africano. Por conta disto que o Sopapo é o símbolo representativo do Projeto de Visibilidade Negra do museu.

A próxima exposição temporária será realizada no mês de novembro deste ano, em comemoração à consciência negra, e ficará aberta ao público durante todo o mês. Ao longo de cinco dias será realizado o evento “Il Sopapo”. Já a exposição, propriamente, conta com pesquisa da Professora Dr^a em História Natalia Pinto¹⁵, baseada em estudo de inventários e do testamento do pai de Annibal, o Barão dos três Serros. A partir disto será feita uma troca, onde os escravizados que aparecem nestes documentos irão surgir como os protagonistas de suas histórias, ou seja, eles irão se apresentar e falar de si, suas famílias e suas profissões. Desta forma, há um processo poético e político ao dar ouvidos às vozes caladas destas pessoas que foram desumanizadas por mais de três séculos por uma determinada parcela da sociedade,

Este trabalho de humanização e acolhimento das identidades negras que vem sendo feito pela instituição tem dado resultado, na medida em que os visitantes são provocados, seja de maneira positiva ou negativa. O Museu mantém o hábito positivo de deixar um caderno para os visitantes fazerem anotações e darem sugestões após a visita. Na data de 9/04/2015, cerca de um ano após a exposição sobre o Sincretismo Religioso, foi feita uma anotação de uma aluna do curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS):

A referência feita a população negra como sendo sempre submissa e dependente dos seus senhores brancos, enquanto escravizada, não podia faltar num museu que retrata a história da elite branca.

¹⁴ Material gráfico da exposição “A batucada do charque”.

¹⁵ Professora substituta da disciplina “História geral do Brasil”, no curso de Bacharelado em Museologia - UFPEL.

Não consigo ver uma gota de leveza onde há um passado sangrento de meus antepassados, que foram sequestrados de sua terra! O papel do museu deve ser crítico e social, o que me parece faltar aqui.

Esta crítica é legítima, pois neste período o Museu estava ainda no início do processo de inserção da visibilidade negra em seus espaços e antes disso, a imagem exposta seguia a ideia do subalternizado, o 'escravo'. Portanto, quando a estudante visitou a instituição, não encontrou as narrativas que estiveram por tempo determinado, por isto a intensidade da crítica. Contudo, a própria equipe argumenta:

Temos dessa forma, o entendimento que o Museu da Baronesa preserva muito mais que a história do Barão e da Baronesa dos Três Serros e a representação de costumes de parte de uma classe privilegiada da sociedade pelotense, à medida que a história dos barões, assim como de outras famílias, entrelaça-se fortemente com a presença do negro como outro elemento social, dentre outros grupos étnicos que formaram nossa sociedade.

É sabido que não há como modificar o discurso de um museu de uma hora para a outra, sem que se faça as devidas pesquisas e sem que todos os órgãos que também regem a instituição aceitem tais mudanças. No entanto, o Museu Parque da Baronesa, neste espaço de aproximadamente cinco anos, conseguiu realizar eventos e exposições completamente na contramão daquela visão limitada e preconceituosa que o cercava. O que antes faltava, agora está sendo preenchido.

4.2. Museu do Doce

O Museu do Doce abriu as portas à comunidade no ano de 2013 apenas com a casa como seu acervo primordial, pois a inauguração da exposição de longa duração só ocorreu três anos mais tarde. Antes disso, o Casarão 8, como

geralmente é conhecido, foi construído para ser o lar de uma família pertencente a elite política e econômica pelotense. No final do século XIX, selavam matrimônio Francisco Antunes Maciel e Francisca de Castro Moreira, ambos pertencentes a famílias abastadas de Barões. Francisco era um político que dividia o seu tempo entre Rio de Janeiro e Pelotas, enquanto sua família ficava no casarão. Já Francisca, era neta e filha de charqueadores, assim, detinha significativo capital em suas mãos.

Desta forma, é notável que esta residência seja resultado do crescimento de algumas famílias em decorrência da ascensão do comércio charqueador. Seu poder é refletido nas dimensões da casa e seus elementos arquitetônicos de valor artístico, que a decoram tanto na parte externa como interna. A historiadora Noris Leal (2018, p. 37) afirma que “as três casas foram residência de personagens políticos da cidade, no século XIX, integrantes das principais famílias charqueadoras do período: Antunes Maciel e Moreira”. Além disto, o casarão foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1977, em conjunto com os casarões 6 e 2, porém, é colocado que foi pelo seu valor artístico e não pela história da família. Consideramos, entretanto, que estas pessoas e o seu poder econômico influenciaram no processo de patrimonialização da residência.

Antes da UFPEL comprar o casarão, no ano de 2006, ele já abrigou o Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, no período da ditadura até o início da década de 1970. Depois, a Prefeitura alugou o prédio e diversas secretarias passaram por lá, como a de Planejamento e a de Obras. Por conta disto, a casa sofreu desgastes, necessitando de um processo significativo de restauração.

O Museu do Doce tem como missão, segundo o seu *site*¹⁶, “salvaguardar os suportes de memória da tradição doceira de Pelotas e da região e como compromisso, produzir conhecimento sobre esse patrimônio”. Mas é importante nos questionarmos: tais suportes são representativos de quais memórias? Esta questão é fundamental já que a tradição do saber fazer doceiro possui diferentes memórias e atores envolvidos. Neste sentido, Suely Pinto diz que

¹⁶ Site do museu: <https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/>

Sabe-se que o museu, nesta primeira década do século XXI, não é apenas um espaço para lembrar e contar histórias, mas um espaço em que se constroem memórias. O museu pode ser a lembrança de gente deixada pelo objeto, ou lembranças que incitam a busca de outras histórias: história de pessoas, história de lugares. Museu “lugares de memória”. (2013, p. 90)

Porém, se as lembranças que estão guardadas nestas instituições, e que servirão para a apropriação dos visitantes, estas memórias não podem ser parciais, ao contrário, devem ser sensíveis à pluralidade de atores envolvidos nestas histórias.

Há uma preocupação no Museu de que este seja um ambiente vivo e ativo para os seus públicos, e por conta disso, são promovidas diversas ações culturais em diferentes datas relativas aos museus, incluindo espetáculos artísticos, que ocorreram no porão, referentes às identidades negras, mas ainda de maneira tímida em relação às demais atividades. De certa forma, são maneiras legítimas de chamar a atenção da comunidade para si, mas, penso que em determinados momentos estas atividades culturais não passam de ações isoladas sem conexão com a missão da instituição, como shows de bandas diversas. Neste sentido, ocorre o que o cientista social Rogério Leite chama de espetacularização da cultura, que é

é a acentuação ou a criação de traços culturais que objetivam caracterizar a singularidade de um espaço urbano por um forte apelo visual e práticas sociais momentâneas, com vistas à apreensão consumível da história e da cultura na forma de uma mercadoria (2010, p. 78).

Portanto, as manifestações culturais que são realizadas no Museu, têm como finalidade o consumo imediato que resultam em um livro de presenças satisfatório, mas sem que o visitantes tenham compreendido algo do discurso museológico. Ademais, nem todas as ações. Consideramos tal realidade, uma vez que a exposição contempla narrativas profundas atreladas a momentos importantes da história da cidade.

O Museu do Doce é vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPel) e atualmente tem como equipe

responsável por sua gestão o diretor Roberto Heiden e o museólogo Matheus Cruz . Junto a eles estão algumas professoras e pesquisadoras da Universidade Federal de Pelotas, como a Professora Dr.^a em História, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira que também é vice-diretora da instituição e a Professora e Dr.^a também em História, Francisca Ferreira Michelin. Ambas são responsáveis pela curadoria de conteúdos da atual exposição de longa duração, além de contribuintes da nova exposição temporária “De Madeleines a pirulitos: O doce na infância”, em cartaz até fevereiro de 2020.

4.2.2. Exposição Entre o Sal e o Açúcar: o Doce Através dos Sentidos

Em um primeiro momento, o título desta exposição gera certa curiosidade nas pessoas que, de alguma forma, desconhecem como iniciou a tradição doceira na cidade de Pelotas, bem como todos os aspectos que a circundam. Atualmente o Museu está dividido em seis salas, abrigando módulos expográficos de longa duração, uma sala para exposições temporárias e outra sala onde está instalado o laboratório aberto de A exposição atualmente dois destes espaços.

O Museu, para além da casa em si, inicia o discurso destacando o ambiente em que surgiu a tradição doceira pelotense e quais os atores envolvidos neste processo. Para tanto, utiliza como acervo desde um tacho de cobre doado pela confeitaria Nogueira¹⁷, doces táteis de gesso e mobiliários, até réplicas de compotas de pessegos e utensílios referentes às diversas fábricas de Pelotas e de sua área rural. Desta forma, cria-se a perspectiva de linha do tempo, traçando uma narrativa desde os doces finos da elite charqueadora, o surgimento de confeitarias e terminando nas fábricas de compotas.

Entre o sal e o açúcar residem histórias ambientadas no período escravista das fábricas de charquear da cidade. Com base nisto, o Museu elaborou a sua

¹⁷ Uma das principais confeitarias da cidade, que funcionou do final do século XIX até a década de 80 do século XX.

narrativa para contar aos seus visitantes sobre os doces tradicionais pelotenses. Conforme o historiador Mario Osório Magalhães:

Charque, couro e subprodutos eram levados pelo canal de São Gonçalo, em pequenas embarcações, até o porto de Rio Grande. De lá, o charque era embarcado em navios maiores para o Rio de Janeiro, Salvador e Cuba, e o couro seguia para a Europa. Ao retornarem, esses navios traziam produtos diversos, como mantimentos, aguardente, fumo, livros, revistas, móveis, louças da Europa, além de sal, do Rio de Janeiro, e de açúcar do Nordeste, o que possibilitou o desenvolvimento de tradições doceiras numa região em que não se plantava cana-de-açúcar. (2018, p. 29)

Contudo, o que é apresentado pelo Museu aos visitantes tende a ser um discurso superficial e alienado em relação aos fatos ocorridos, no sentido de que a história que envolve a criação dos doces finos pelotenses é mais profunda do que é apresentado nos textos expostos. A seguir passaremos à descrição dos elementos expográficos implicados.

Na primeira sala de exposição de longa duração há um painel (figura 8) onde é relatado que: “No Brasil, tal como afirma Gilberto Freyre, ‘desenvolveu-se uma arte de doces’, inspirada na doçaria conventual portuguesa e também no saber fazer doceiro das escravas negras, no período colonial”. Adiante, no mesmo expositor (figura 9), abaixo de uma imagem de uma charqueada, está o seguinte texto:

Nas narrativas sobre a origem da tradição doceira da cidade, aparece a figura de vendedoras, em geral escravas domésticas, que saíam às ruas com tabuleiros contendo doces feitos por suas senhoras, com o fim de vendê-los na porta das igrejas, nas praças, etc.

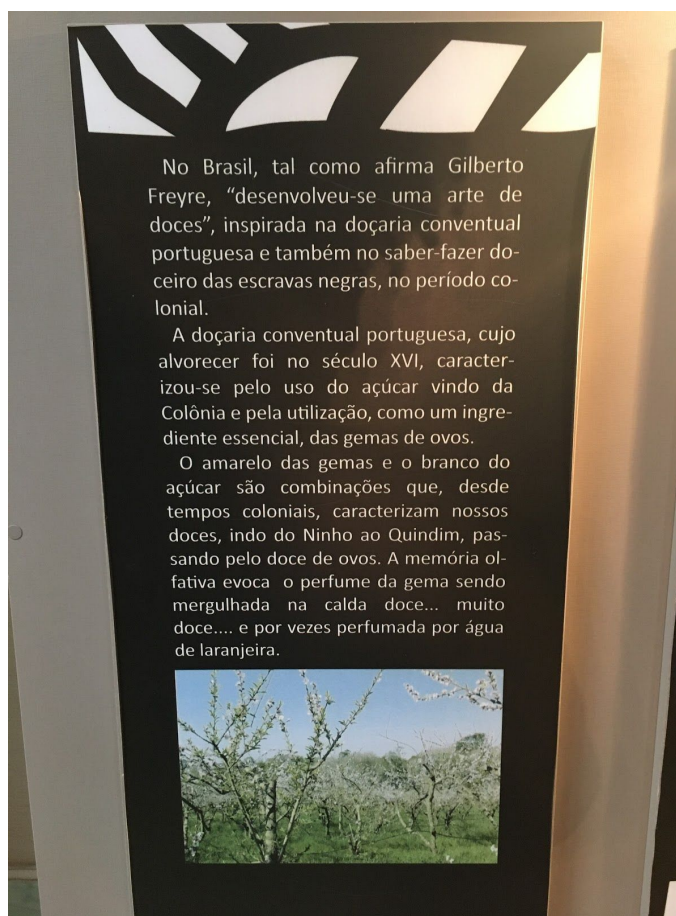


Figura 8 - Texto sobre a tradição dos doces finos
Fonte: Foto da autora, 2019.



Figura 9 - Texto sobre a tradição dos doces finos
Fonte: Foto da autora, 2019.

Estas duas afirmações estão corretas, mas a maneira escolhida para relatar essas histórias, e o autor utilizado para sustentar tais afirmações implicam em um processo de passividade, sem haver espaço para problematizações. Como afirma Matheus Ávila¹⁸:

No decorrer da década de 1930, mais especificamente depois da publicação da obra *CasaGrande & Senzala*, por Gilberto Freyre, em 1933, foi se fundamentando na sociedade brasileira a ideia de que a escravidão não foi tão dura e cruel, de que houve harmonia entre os senhores e escravos, trazendo a noção da possibilidade de uma igualdade racial, tendo também em vista o processo de culturalização e miscigenação no Brasil. (2019¹⁹, p. 1)

Assim, é reafirmado aquele estereótipo do subalternizado, discutido anteriormente, como se a população negra tivesse esta condição biológica e natural

¹⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

¹⁹ Artigo disponível aqui: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Comunicacao/Mesa3/3130.pdf>

de escrava e não tivesse sido obrigada a passar pelo sistema escravista. Além disso, a forma como estas pessoas estão sendo representadas dá a entender que as mulheres, em especial, não tiveram um papel significativo no processo de produção dos doces, sendo coadjuvantes e menos importantes.

Os doces são resultados do “fim” da escravidão, que culminou na decaída das charqueadas e, conseqüentemente, das famílias donas destes estabelecimentos. Portanto, os doces finos deixaram de ser exclusivos do ambiente elitista dos casarões e tomaram as ruas. É preciso salientar também que as mulheres negras eram responsáveis pela confecção dos doces e sua venda no centro da cidade, como é citado na figura 9. O lucro arrecadado era somado à renda da família como uma ajuda em momentos tão difíceis para as elites pelotenses. Como ressalta Magalhães:

O trabalho de “só mexer o tacho” não era apenas uma tarefa mecânica, como ficava implícito nas narrativas que tentavam apagar a presença de africanos e seus descendentes na criação e manutenção das referências culturais pelotenses: os saberes e fazeres empregados, aprendidos e transmitidos no trabalho de mexer o tacho, estavam implicados nas vidas das mulheres que o faziam. (2018, p. 64)

Ademais, há uma escultura feita no ano de 2017 pelo artista plástico Madu Lopes, intitulada “Escultura representando uma mulher negra que segura uma cesta de quindins”. Tal obra é acompanhada de um texto a partir do qual compreende-se que esta mulher negra simboliza a popularização dos doces finos, além de conter a seguinte fala do artista: “contar não apenas as histórias dos doces, como também das mãos que deram vida a essas jóias dos sentidos”:



Figura 10 - Escultura representando uma doceira negra.
Fonte: Foto da autora, 2019.

Em relação a este tipo de popularização baseada em uma visão idealista da cidade, o historiador Caiuá Cardoso Al-Alam diz que têm-se

uma visão de Pelotas como uma cidade sofisticada e europeizada; este tipo de olhar simplificou a formação social da cidade, ao desprezar amplos e majoritários setores ali habitantes, como os setores populares. Entre os populares estão os escravos, que uma outra visão historiográfica (de orientação marxista) - ao tentar denunciar o despotismo que os subjugava, acabou por inviabilizá-los em parte, ao destacar apenas sua existência passiva como coisas escravizadas ou ativas como quilombolas ou “criminosos”. (2007, p. 33-34)

Assim, a escultura mostra uma figura visualmente saída de um conto de fadas, colorida e alegre, se distanciando totalmente da maneira como a mulher negra é representada em outro ambiente da exposição, pois esta escultura está ocupando um espaço de protagonismo. Atualmente, existem apenas estas duas

referências da população negra no museu, uma narra a mulher negra como 'escrava' do lar, e a outra representativa de uma personagem lúdica/idealizada.

Dentre as salas expositivas, há um ambiente destinado às memórias e depoimentos exclusivamente de mulheres não negras nas cozinhas e, também, sobre como a arte doceira era e ainda é uma atividade majoritariamente feminina. Trago este dado, pois nesta sala poderiam estar presentes as doceiras negras que também fizeram parte da construção deste patrimônio, mas este espaço exclui completamente estas mulheres.

É importante dizer que existem outras perspectivas em relação aos doces finos pelotenses. O Dossiê²⁰ de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas menciona justamente como é expressiva a utilização de doces finos nas casas de religiões de matriz africana na cidade, seja em festas ou nos rituais de oferendas. Magalhães (2018, p. 64) destaca um trecho do Dossiê: “ [...] ouviu da mãe-de-santo a história de uma escrava que, não conseguindo engravidar, prometeu a Oxum que lhe daria cem quindins, caso tivesse um filho”. Portanto, há uma ligação direta do povo negro com o doce, decorrente do seu processo de produção no período escravista.

O Museu já implementou exposições temporárias referentes à população negra. Por este motivo realizei uma investigação com o objetivo de saber qual tinha sido o último evento nesta linha, de maneira que, pude constatar que os estudos feitos pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material (LEICMA)²¹ resultou em uma exposição temporária no Museu do Doce, no período de abril a agosto de 2018, com o título: “Encantamento do Mundo: objetos dos escravizados na Charqueada São João”. Este estudo foi realizado com a coordenação do Professor Dr. em História Lucio Menezes, através de escavações arqueológica feitas nas Charqueadas Santa Bárbara e São João, entre 2011 e 2012, onde encontraram artefatos que foram produzidos e utilizados pelos escravizados. Eles transformavam garrafas de vidro quebradas em pingentes para colares ou utensílios

²⁰ O Dossiê é o documento do registro do saber fazer da região doceira sulina, além de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu.

²¹ Laboratório vinculado aos cursos de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

cortantes, bem como fabricavam cachimbos em cerâmica que tinham outra finalidade para além do fumo, pois também eram utilizados em rituais religiosos de matriz africana.



Figura 11 - Fragmentos de vidros.
Fonte: LEICMA, 2019.



Figura 12 - Fragmento de cachimbo.
Fonte: LEICMA, 2019.

Sem dúvida alguma, defendo que esta exposição foi a mais importante que já aconteceu na instituição, pois ela propiciou reflexões acerca de quem eram aquelas pessoas que foram escravizadas, e que estes indivíduos resistiram à opressão de diversas formas, sendo uma delas a confecção destes objetos. Segundo Assumpção (2007, p. 32), “as revoltas, as insurreições e insubordinações refletem a não acomodação dos negros escravizados no território gaúcho.” O historiador ainda acrescenta que

Salvo engano, foi na região hoje denominada de Pelotas, que ocorreu o maior número de movimentos contra a ordem escravista, o que não causa espanto, devido ao fato de possuir a antiga São Francisco de Paula o maior número proporcional de escravos na província.(2007, p. 32-33)

Além disto, esta exposição mostrou que a história da população negra não se resume apenas à religião e à escravidão. Sim, foram expostos artefatos religiosos, mas a narrativa escolhida não tratou apenas deste aspecto, mas também sobre como a população negra era, e ainda é, pensante e produtiva. Portanto, estas pessoas e suas crenças são tão importantes na história dos doces pelotenses quanto às receitas portuguesas, pois são histórias carregadas de significados.

Ainda nesta mesma perspectiva, Osório (2018) afirma que os doces na cultura e religiões afro brasileiras precisam ser melhores conhecidos. Mas no Museu do Doce, como estes discursos virão à tona se apenas a cultura europeia tem espaço na exposição de longa duração? Aliás, foi constatado nas duas instituições museológicas, aqui analisadas, que as ações direcionadas especialmente à população negra ocorreram por tempo determinado, ou seja, foram atividades temporárias. Mas os negros não estiveram na cidade de Pelotas por um período, eles estão presentes desde a criação deste município.

5. Considerações Finais

Procurei problematizar nesta pesquisa algumas questões que passei a notar e vivenciar quando ingressei na graduação, no final do ano de 2015. Desde então compreendi o quanto os museus podem ajudar a perpetuar um crime histórico como é a marginalização das memórias de determinados povos. Portanto, sem hesitar, em respeito aos meus antepassados, optei por pesquisar este tema que ainda é pouco explorado no âmbito da Museologia. Com isto, procurei também compreender como deixamos chegar ao ponto dos museus ainda estarem celebrando as memórias e costumes de determinadas famílias, pertencentes a uma classe privilegiada da sociedade sulina, com saudosismo, de maneira a querer reviver tal época, como se estas pessoas não tivessem se articulado e construído sua sociedade sustentada no sistema escravista. Tais inquietações me conduziram por incursões bibliográficas e empíricas possibilitando conhecer diversos profissionais que compartilham dos mesmos anseios. Pude perceber, também, que existe um abismo significativo entre a prática e a teoria no universo dos museus, e isto tem se intensificado com a atual conjuntura socioeconômica e política na qual vivemos.

Posto isto, no Museu Parque da Baronesa foi verificado que a população negra está tendo visibilidade em consequência da luta de uma equipe que não se conformou em tratar apenas de uma camada da sociedade que sempre esteve em evidência. Consequentemente, o povo negro foi contemplado nos textos expográficos junto à história da família dos Barões. Notou-se, também, que por uma mulher negra estar ocupando um cargo importante na instituição as pesquisas alavancaram, tomando forma o projeto de visibilidade do negro em seu discurso. O resultado é que neste ano de 2019 o Museu está realizando o segundo evento voltado exclusivamente para rememoração dos feitos deste povo na cidade. Contudo, é preciso ressaltar que as memórias e identidades da população negra

não devem ser celebradas apenas no mês da Consciência Negra. É importante lembrar que mesmo que a população negra esteja sendo mencionada na exposição, não significa que os visitantes negros se identificarão com aquela representação, porque a maneira como a instituição constitui os discursos pode ser contraproducente, no sentido de dizer ao visitante que as pessoas negras tem apenas uma história, a de escravos.

É possível afirmar que a exposição de longa duração do Museu do Doce, por seu turno, foi construída com base em histórias contadas a partir de uma única ótica e por isto, está contribuindo para a perpetuação de uma imagem estereotipada da população negra. O material textual que serve de apoio para o discurso expográfico é baseado em um autor que defendia que no país havia se instaurado uma democracia racial após a 'abolição' da escravatura, e tal crença numa suposta democracia racial, como se não fosse um mito, foi peça chave para a comportamento alienado acerca da maneira que a população negra está sendo retratada na exposição de longa duração do Museu do Doce.

Em consequência disso, nesta mesma instituição, foi constituído um tipo ideal acerca da imagem da população negra, que é a figura de escravos impassíveis diante do que lhes acontecia, pois a única maneira em que o povo negro é tratado é no papel de cativo e subalterno. Ao contrário disso, o Museu Parque da Baronesa, optou por mostrar que mesmo que estas pessoas estivessem na condição de escravizados elas tinham famílias, profissões, religiões e também eram artistas, como foi comprovado na exposição do LEICMA - ainda que o Museu não tenha pego o 'gancho' dado pelo Laboratório. Portanto, continuar a expor estas pessoas nesta figuração de inferiores e servis é reafirmar que ainda vivemos na sociedade do charque.

O Museu do Doce poderia contemplar a população negra presente em sua narrativa, falando sobre a importância de suas contribuições para os ofícios relacionados à produção dos doces e sua comercialização, mas optou por expor essas pessoas a partir de uma visão marginalizada, como escravos. Nos expositores com os textos sobre as origens da tradição doceira em Pelotas chega a ser mencionado sobre o saber/fazer das mulheres negras escravizadas, mas estas

memórias não são contempladas na exposição, apenas a tradição doceira portuguesa advinda dos costumes conventuais, ou seja, da religião católica. Neste sentido, a cada dia aprofunda-se a lacuna referente às memórias e identidades negras no Museu.

Foi constatado, portanto, através da pesquisa empírica, que um museu está vivendo em um momento completamente diferente do outro, pois um demonstra a sua inquietação em relação a um apagamento histórico da população negra não só em suas narrativas, mas da cidade, já o outro até o presente momento não tem demonstrado o interesse em modificar o seu discurso na exposição de longa duração, de forma a repará-lo. Sendo assim, se faz necessário lembrar que a população negra não deve ser lembrada apenas no mês comemorativo da Consciência Negra, pois estas pessoas, não desaparecem no restante do ano, ressurgindo na sociedade no mês de novembro. As memórias e identidades negras devem ser celebradas da mesma maneira que as histórias de Francisca, Francisco, Amélia e Annibal são contadas e ilustradas por gerações naqueles casarões, que também foram lares de pessoas que foram escravizadas e tiveram suas vidas apagadas da história do país, do estado, da cidade e destes museus.

Neste sentido, projetando o futuro, posso afirmar que esta perspectiva pode ser mudada no momento em que as atividades museológicas, como exposições, oficinas, pesquisas e rodas de conversas, em conjunto com a comunidade, forem implementadas como pautas indispensáveis a serem realizadas pelas duas instituições. Esta pesquisa como todas as outras não se esgota aqui, pois há possibilidade de pensar em diversas questões referentes a outros campos da ciência. É preciso questionarmos antes de qualquer ato e problematizarmos a todo instante, pois é necessário desnaturalizar a aceitação da historiografia oficial que marginaliza a memória de uma população através de séculos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **A Essência das Coisas Não Visíveis**: O Perigo de uma única história. Conferência Anual – TED GLOBAL. Oxford, Reino Unido. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>. Acesso em: 11. nov. 2019.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. A NEGRA FORÇA DA PRINCESA: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857). Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. 2007. 250 f. Dissertação (mestrado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1845?show=full>. Acesso em: 14. out. 2019.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **A temática afrodescendente**: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul. Cadernos IHU. Ano 5 - Nº22. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/>. Acesso em: 13. set. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (Coleção ESTUDOS BRASILEIROS)

CURY, Marília Xavier. **Museologia - marcos referenciais**. Cadernos do CEOM - Ano 18, n. 21 - Museus: pesquisa, acervo, comunicação. 2005. p. 45-74. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/153/showToc>. Acesso em: 4. out. 2019.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial. Orientador: Prof. Dr. Júlios Ricardo Quevedo. 2010. 221 f. Dissertação (mestrado) Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/10961>. Acesso em: 28. out. 2019.

LEITE, Rogerio Proença. **A Exaustão das Cidades**: Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 25. Nº 72. Fevereiro/2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000100006&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 31. out. 2019.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas**: (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS. IPHAN. 2018. p. 3-30

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Educação e museus**: sedução, riscos e ilusões. Ciências e Letras : Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. ja/ju, 2000. p. 91-101. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/001086192>. Acesso em: 30. out. 2019.

PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria Municipal de Cultura - Museu Municipal Parque da Baronesa. Projeto “**Visibilidade do negro no discurso do Museu da Baronesa**”. 2016, p1-9.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9.ed. Porto Alegre : Martins Livreiro Editora, 2014. 138 p.

A Revolução Farroupilha. 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014. 68 p.

PINTO. Suely Lima de Assis. Museologia & Interdisciplinaridade: Museu e Arquivo como Lugares de Memória. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Vol. II. Nº3. 2013. p.1-14. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16689>. Acesso em: 19. set. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Jocelyn Mariza Soares Fernandes. **HERANÇA INTER E INTRAGERACIONAL**: o negro na cidade de Pelotas. Orientador: Profª. Dra. Beatriz Loner. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política - ISP, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3323>. Acesso em: 19. set. 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRAGTENBERG, Maurício. **Os economistas**: Max Weber - O legal e o típico. Editora Nova Cultural Ltda. 1997.

ULGUIM, Victória Ferreira; FERREIRA, Lúcio Menezes. **Bebendo Histórias**: Uma Análise do Material Vítreo da Charqueada Santa Bárbara Pelotas\RS. XXV Congresso de Iniciação Científica Universidade Federal de Pelotas. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/33926809/BEBENDO_HIST%C3%93RIAS_UMA_AN%C3%81LISE_DO_MATERIAL_V%C3%8DTREO_DA_CHARQUEADA_SANTA_B%C3%81RBARA_PELOTAS_RS. Acesso em: 28. out. 2019.

VARGAS, Jonas Moreira. **De charque, couros e escravos**: A concentração de riqueza, terras e mão-de-obra em Pelotas (1850-1890). SÆCULUM- REVISTA DE HISTÓRIA [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012. p. 79-92. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/15034>. Acesso em: 30. set. 2019.

Apêndices

Apêndice A

Roteiro de Entrevista

Entrevistado: Equipe técnica do Museu Municipal Parque da Baronesa

Tema da entrevista: Exposições temporárias passadas / Exposição de longa duração / Exposição temporária futura.

Perguntas:

- Quando foi implementada as narrativas referentes a população negra no Museu?
- Qual foi a última exposição temporária sobre a população negra?
- Qual era o seu tema?
- Qual será o tema da próxima exposição temporária?

Apêndice B

Questionário

Tema do questionário: Exposição de longa duração / Exposições temporárias

Perguntas:

- Qual foi a última exposição temporária falando sobre a população negra? E qual foi a sua temática?
- Alguma pessoa pertencente à algum movimento ou segmento negro ou de forma espontânea, participou do processo de elaboração da exposição de longa duração?
- A equipe pensa em elaborar alguma exposição nova?